

ELOÁ REIS TEIXEIRA

MULHERES: SER, ESTAR E PERMANECER NAS MINAS GERAIS EM UM BRASIL
DE IMPÉRIOS

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFOP
2011

ELOÁ REIS TEIXEIRA

MULHERES: SER, ESTAR E PERMANECER NAS MINAS GERAIS EM UM BRASIL
DE IMPÉRIOS

Monografia apresentada ao Curso de História do
Instituto de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Silveira

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFOP
2011

``Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas. Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas. Quando amadas, se perfumam, se banham com leite, se arrumam suas melenas. Quando fustigadas, não choram. Se ajoelham, pedem, imploram. [...] Sofrem por seus maridos [...] E quando eles voltam, sedentos, querem arrancar, violentos, carícias plenas, obscenas. [...] Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas: geram pros seus maridos, os novos filhos de Atenas. Elas não têm gosto ou vontade, nem defeito, nem qualidade; tem medo apenas. Não tem sonhos, só tem presságios. [...]'`

Chico Buarque. ``Mulheres de Atenas``

RESUMO: Pensar Minas Gerais é pensar um espaço construído e particularizado, que tem um povo com identidade cultural, sentimentos de pertencimento neste território que se consolida a partir de sua construção geopolítica delimitada e definida, concretizada no século XIX, produzida por processos sociais no decorrer dos anos. Estes processos sociais que se firmaram nas Minas Gerais proporcionaram um universo de particularidades no qual a sobrevivência das mulheres transcorre sob um quadro de tensões políticas e de pressão da cultura dominante. Elas foram alvo direto de repressão – como no caso de negras de tabuleiro, prostitutas, forras, escravas e concubinas – ou tornaram-se agentes sociais que serviam ao modelo oficial: mulheres burguesas e elitizadas, esposas, mães e devotas. Nesse cenário, viveram mulheres que enfrentaram situações diversas em que se misturavam miséria, pobreza, violência, preconceitos e dificuldades. Estas mulheres foram marcadas pelos valores patriarcais e avaliadas pelos princípios da religião cristã, ficando à mercê do estigma da fragilidade e da incompetência, sendo subordinadas aos pais e maridos, tornando-se propriedade dos mesmos. Este texto pretende analisar esta lógica de funcionamento da sociedade que fundamentava-se em calar a mulher e abortar seu papel como agente histórico através do poder patriarcal definido pelo autoritarismo e transmissor da herança cultural e material, que juntamente com os dogmas da religião cristã ditaram as regras do “bom comportamento” a toda uma sociedade marcada pela hierarquização de poderes, vontades e desejos desprovendo as mulheres de seus sonhos e de acreditarem ser capazes.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Minas Gerais, século XIX.

ABSTRACT: Think Minas Gerais and think an area built and particularized, which has a people with cultural identity, feelings of belonging in this territory that is consolidated from its construction geopolitics delimited and defined, as reflected in the 19th Century, produced by social processes in the course of the years. These social processes that were signed in Minas Gerais provided a universe of particularities in which the survival of women passes under a framework of political tensions and pressure of the dominant culture. They were direct target of repression - as in the case of black of tray, prostitutes, aprons, slaves and concubines - or become social agents that served the official model: women bourgeois, wives,

mothers and devout. In this scenario, lived women who have faced different situations in which such misery, poverty, violence, prejudice and difficulties. These women were marked by patriarchal values and evaluated by the principles of the Christian religion, being left at the mercy of the stigma of fragility and incompetence, being subordinate to the parents and husbands, and become the property of the same. This text aims to analyze the logic of operation of the company that was based in silence the woman and about their role as historical agent through the patriarchal power defined by authoritarianism and transmitter of the cultural heritage and material, which together with the dogmas of the Christian religion dictated the rules of the "good behavior" to a whole society marked by hierarchy of powers, desires and wishes thereby depriving it to women of their dreams and believe be capable.

KEY-WORDS: Women, Minas Gerais, 19th Century.

Sumário

Introdução.....	7
Capítulo I – Patriarcalismo.....	12
Capítulo II – Conquista do espaço público.....	20
Capítulo III – Amor e casamento em terras mineiras.....	26
Considerações finais.....	32
Referências bibliográficas.....	34

Introdução

Minas Gerais caracteriza-se até hoje pela diversidade social e geográfica. Constituída desde o final do século XVII, implicou o avanço da colonização lusitana para além do estabelecido no Tratado de Tordesilhas. Minas encontrava-se no interior da América portuguesa, cercada de minérios. No século XVI, seu futuro território pertencia ao Espírito Santo segundo a carta de doação de Vasco Fernandes Coutinho. Contudo, sua posse foi reclamada apenas no século XVIII¹. Com a descoberta das minas de ouro na década de 1690, resultado de uma prática de conquistas empreendida desde muito tempo pelos habitantes de São Paulo, tornou-se indispensável à devida ocupação da região através de arraiais e vilas, visando o domínio territorial. Já na década de 1710, o Estado luso implementou uma política de fundação de vilas a fim de consolidar e defender sua área mineradora, impor controles fiscais, cobrar os quintos, estabelecer a ordem, abastecer a população de gêneros alimentícios e, em especial, fixar a parcela a extremamente móvel da população.² A descoberta do ouro no Brasil fez com que grandes fluxos migratórios vindos de todas as partes, inclusive de Portugal, se dirigissem para as regiões mineradoras em busca do enriquecimento rápido. Os arraiais e as vilas se estabeleceram ao redor das lavras de mineração, muitas vezes de forma independente, e foram se distribuindo ao longo das estradas reais, pelas quais transitavam pessoas em busca do sonho dourado, tropas de muares transportando diversos produtos agrícolas, escravos, boiadas e gêneros importados do Reino.

Entre a fase inicial de ocupação e a metade do Setecentos, a exploração das Minas atingiu seu auge, proporcionando a Portugal uma breve proeminência. No último quartel do século XVIII, porém, o esgotamento das lavras e sua baixa produtividade ocasionaram uma irreversível decadência aurífera. Intenso tem sido o debate acerca da relação entre o declínio da produção aurífera e a evolução da economia de Minas Gerais na virada para o século XIX. Alguns autores, como Celso Furtado, sugeriram a ocorrência de “involução” econômica;

¹ Para mais detalhes ver ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Território e Geopolítica nas Minas Gerais do século XIX*. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan./jun. 2009.

² Cf. FILHO, Nestor Goulart Reis. *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: EDUSP, 1968, e RUSSEL-WOOD, A. J. R. *O governo local na América Portuguesa: um estudo da diversidade cultural*. Revista de História, v.55, n.109. São Paulo, jan/mar. 1977, p. 35

outros defenderam a idéia de que o fim do ouro resultou numa reestruturação da economia durante o período imperial, e não um colapso³.

Segundo Douglas Libby, no Oitocentos, a mineração cedeu lugar a atividades como a siderurgia, a indústria têxtil e a agropecuária mercantil, que absorveram os efeitos da crise aurífera. Para o autor, a agricultura mercantil voltada para o consumo interno foi a grande base sustentadora da economia mineira do século XIX.⁴ Inúmeros trabalhos têm corroborado a idéia de Libby sobre o dinamismo da economia mineira⁵. Os estudos de Francisco Eduardo Andrade também problematizam a questão, abordando seus aspectos de forma mais regionalizada. Referindo-se ao Termo de Mariana, Andrade afirma:

Generaliza-se e intensifica a agricultura e a pecuária em Mariana, e a mineração aurífera toma-se um tanto incipiente no conjunto da economia regional. Mesmo assim, nas primeiras décadas do oitocentos, teremos atividades mineratórias e agrícolas se complementando, num estímulo mútuo, devido às minerações auríferas que ainda se mantinham em alguns lugares [...] Trata-se de uma economia dinâmica centrada nas atividades agropecuárias que se desenvolviam em consonância com a atividade mineradora.⁶

Assim, à medida que o ouro escasseava, muitas pessoas preocuparam-se em garantir seu sustento através de outras atividades, voltando-se para o comércio, a agricultura, os ofícios mecânicos e a administração. Nota-se, ao mesmo tempo, a ocorrência de uma expansão populacional envolvendo grupos de diferentes categorias sociais, reunidos num mesmo espaço físico e propiciando um verdadeiro mosaico cultural.

³ Ver FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional, 1987. MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para Discussão, 10). Ver também: SLENES Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX*. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 18, set./dez. 1998.

⁴ LIBBY, Douglas C. *Transformações e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no sec XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p.14.

⁵ Para mais detalhes ver ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1850*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994. Ver também PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

⁶ ANDRADE, Francisco Eduardo. Espaço econômico agrário e exteriorização colonial. Mariana das Minas nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: EDUFOP, 1998. p. 116 e 122.

No decorrer do século XVIII, o ouro permitiu o desenvolvimento do setor comercial. Tão logo se derem os achados auríferos, da Corte vieram representantes das casas de comércio. O comércio era intenso e suas mercadorias vinham de diversas regiões, como a África, a Bahia e o porto do Rio de Janeiro, que recebia produtos advindos do Reino e da Europa⁷. Dessa forma, a atividade comercial ligou-se ao povoamento não somente através do crescimento econômico, mas também por promover a ocupação do território e demandar a abertura de novos caminhos para a circulação de mercadorias. Comercializava-se desde os gêneros de primeira necessidade oriundos da produção interna - principalmente produtos relacionados à agricultura e à pecuária - até artigos de luxo tais como tecidos, louças, vinhos e chapéus. Segundo Roberto Borges Martins, sempre existiu em Minas Gerais uma economia de caráter mercantil, de subsistência, e voltada para o consumo local.⁸ Para o autor, essa economia em expansão foi bastante diversificada internamente, na medida em que as atividades que complementavam a mineração, como a agricultura e a pecuária, assumiram papéis centrais na economia após o declínio das jazidas auríferas.

Com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, transformações significativas puderam ser observadas na Colônia: a vida da cidade dinamizou-se, surgindo novas profissões em decorrência do aumento das atividades comerciais, sociais e de trabalho. Teatros, escolas e órgãos públicos foram criados nesse contexto histórico marcado pela expansão das exportações agrícolas e pela dinâmica da Revolução Industrial experimentada na Inglaterra. A chegada de D.João VI e toda sua comitiva estimulou a promoção de transformações rápidas. Entre outros fatores, a demanda criada pelo inchaço populacional do Rio de Janeiro renovou a inserção de Minas Gerais no mercado externo, gerando lucros derivados não somente do abastecimento dos grandes centros urbanos, mas em especial do comércio de escravos⁹. Com a consolidação da Independência do Brasil, essa integração mercantil permaneceu, sobrevivendo aos aspectos da vida colonial na formação do novo país que emergia.

⁷ FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio das Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 198-199.

⁸ *Op. Cit.* MARTINS, Roberto B. 1982, p. 45.

⁹ CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Melhoramento do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Tese de doutoramento. UFF. Niterói, 2001.

Em Minas Gerais, vinha se formando, desde o fim do século XVIII, um amálgama constituído de produtos e gêneros de subsistência vinculados ao mercado interno, bem como de gêneros para exportação. Nesse contexto, forjou-se uma elite economicamente diversificada que participou ativamente da construção do Estado. Essa elite integrou-se aos mercados regionais através da figura dos negociantes locais, os quais intermediavam produtos, gerando conexões entre vilas, arraiais, cidades e os grandes centros econômicos do país. As elites locais mineiras, formadas sobre as bases do Antigo Regime, esforçavam-se para manter seu prestígio social na nova configuração política do Brasil. É importante salientar, a esse respeito, que a historiografia por muito tempo estigmatizou essa elite oitocentista representada por grandes fazendeiros escravistas e por magistrados que dominaram a máquina estatal¹⁰.

Segundo João Fragoso, a consolidação do mercado interno nos primeiros anos do Império gerou uma complexa rede mercantil entre as principais províncias que estabeleciam trocas de produtos locais, em especial de gêneros alimentícios, tendo o Rio de Janeiro como o grande centro unificador. O capital acumulado pelos comerciantes da praça carioca foi investido no tráfico de escravos, o principal instrumento de produção agrícola.¹¹ Nos anos que sucederam a Independência, as áreas mineradoras, aos poucos, foram perdendo mão-de-obra e sofrendo forte migração. Esse quadro, porém, já havia se alterado em meados do século XIX, quando a população se apegou à produção interna e de importados, recuperando-se economicamente. Essa realidade foi reconstituída por Clotilde Paiva, que indicou a existência, em Minas, de significativo nível de desenvolvimento devido à grande circulação de mercadorias produzidas na região ou importadas, bem como à grande concentração de casas de comércio e engenhos nas regiões que incluíam os municípios de Mariana, Ouro Preto, Sabará e Queluz¹².

Cidades como Mariana e Ouro Preto são exemplos do perfil econômico da região mineira, uma vez que tais municípios desempenharam um importante papel na estrutura

¹⁰ ANDRADE, Leandro Braga. Negócios capitais: uma análise dos agentes da praça comercial de Ouro Preto nas primeiras décadas da Independência. *III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós Graduação em História Econômica*. Brasília, 2010.

¹¹ FRAGOSO, João L. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790-1830*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

¹² *Op. Cit.* PAIVA, Clotilde. 1996, p.115.

política, administrativa e religiosa de Minas Gerais. Mariana foi sede de bispado, concentrando a formação de clérigos e a administração eclesiástica. Paralelamente, Ouro Preto foi o centro administrativo da Capitania e, posteriormente, da Província de Minas Gerais, sendo o principal palco das atividades políticas regionais. Este centro administrativo e bem centralizado não atendia somente à demanda do mercado regional. Pessoas de diversos distritos vizinhos recorriam a Ouro Preto em busca de adereços para suas casas e vendas. A cidade concentrava as grandes novidades vindas da Europa e trazidas do principal centro urbano brasileiro, o Rio de Janeiro, oferecendo inúmeros produtos com preço acessível. Nesse sentido, o lojista, representante da elite local, era o comerciante que possuía maior contato com uma rede social e mercantil mais ampla, que abrangia segmentos sociais de outros centros urbanos.

Nesse universo, a sobrevivência das mulheres de Minas Gerais transcorreu sob um quadro de tensões políticas e de pressão da cultura dominante. Elas foram alvo direto de repressão – como no caso de negras de tabuleiro, prostitutas, forras, escravas e concubinas – ou tornaram-se agentes sociais que serviam ao modelo oficial: mulheres burguesas e elitizadas, esposas, mães e devotas. Nesse cenário, viveram mulheres que enfrentaram situações diversas em que se misturavam miséria, pobreza, violência, preconceitos e dificuldades. Neste trabalho, será analisado o modo como viveram as mulheres brancas tidas como burguesas ou de elite nas regiões das Minas Gerais oitocentistas, enfatizando-se os anos abrangidos pela Independência de 1822 e pela Proclamação da República de 1889. Dessa forma, será possível avaliar as mudanças nas relações sociais resultantes da ascensão da burguesia e das transformações econômicas e políticas que atravessaram o século XIX.

Capítulo I – Patriarcalismo

O século do ouro na história do Brasil trouxe consigo glórias e conquistas. Realizou a aspiração da Metrópole Portuguesa de estender a colonização ao interior da América. A América Lusa passou por uma intensa dinamização, tendo por base as relações comerciais, o tráfico de escravos, a arrecadação de impostos etc. O Brasil oitocentista, por sua vez, se reorganizou após a Independência, reconstruindo valores sociais e morais fundamentando-se tanto no modelo patriarcal, quanto nos anseios burgueses presentes, principalmente, no discurso das elites proprietárias de terras e escravos.

O patriarcalismo é um conceito que, nos debates historiográficos, aparece relacionado diretamente ao domínio masculino sobre a família, que engloba todo o universo de parentes, escravos e agregados. Segundo Gilberto Freyre,

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América¹³.

Ronaldo Vainfas, porém, afirma que, mais do que a extensão da família propriamente dita, eram os valores e a estrutura de poder que definiam o patriarcalismo como tal¹⁴.

Os valores patriarcais eram dominantes, mas nem por isso exclusivos. Freyre não nega a importância da descoberta das minas no processo de formação da sociedade brasileira, articulada ao desenvolvimento urbano que contribuiu para diferenciá-la da sociedade patriarcal. Essas mudanças fizeram-se mais nítidas com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Acentuaram-se as transformações, tornando-se alguns centros mais urbanizados, impactados pelos produtos industrializados e, conseqüentemente, mais burgueses e individualistas. Tal fenômeno, contudo, não significou, para Freyre, um rompimento drástico

¹³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. São Paulo; Círculo do Livro, s/d: 56.

¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989 p. 107-111

com os valores patriarcais. Segundo o autor, o patriarcalismo ajustou-se à nova sociedade vigente, urbanizando-se¹⁵.

A urbanização gerou um novo tipo de família, caracterizada pelo predomínio de unidades nucleares, do concubinato, dos filhos ilegítimos, do celibato e de fogos chefiados por mulheres.¹⁶ Mas não eliminou as formas patriarcais. Luciano Figueiredo, corroborando a afirmação de Gilberto Freyre, afirma acerca do patriarcalismo mineiro:

[...] se o medo da exclusão proporcionou um dos muitos arranjos na família mineira [a família fracionada], ela não resistiu à intensificação do êxodo das populações urbanas e à reafirmação de sua tendência à ruralização motivadas pela crise da mineração, tendência equilibrada pela silenciosa expansão da agricultura. A imagem clássica das grandes fazendas, preenchendo com placidez o verde dos vales, soterraria a vida típica do sec XVIII. Com ela surge a idéia da Tradicional Família Mineira, como exemplo de papéis conservadores e modelo patriarcal¹⁷.

A partir da crise da mineração, com o processo de ruralização da sociedade mineira, a família patriarcal encontrou solos férteis para seu desenvolvimento. Esse quadro estendeu-se pelo Oitocentos. Além disso, é difícil negar o caráter patriarcal dessa sociedade quando o sentido atribuído ao patriarcalismo não envolve apenas os domicílios, mas, sim, e fundamentalmente, o universo de valores, fomentado na importância dos laços familiares.

Nas Minas Gerais do século XIX, as mulheres de elite, marcadas pelos valores patriarcais e avaliadas pelos princípios da religião cristã, ficaram à mercê do estigma da fragilidade e da incompetência, sendo subordinadas aos pais e maridos, tornando-se propriedade dos mesmos. O pai patriarcal ocupava lugar central nas famílias, desconhecendo qualquer concorrente que estivesse no seu nível de importância política e influência cultural. Tradicionalmente, esse personagem central esteve intimamente associado ao exercício do mando e da dominação masculinos, tornando-se o principal elemento do ambiente familiar, entendido como espaço de zelo e cuidados ou mesmo de abuso de poder. Definido pelo

¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. Rio de Janeiro: José Olympio Editora., 1985. p.22.

¹⁶ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*: Família e Sociedade - São João Del Rei, séculos XVIII e XIX Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2002. Tese de Doutorado. (Policopiada) p.50.

¹⁷ FIGUEIREDO, Luciano, *Barrocas Famílias: Vida Familiar em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p.168

autoritarismo, transmissor da herança cultural e material, o pai patriarcal possuía visibilidade social, além de concentrar em si poderes muito distintos. Segundo Freyre, ele era a lei, a política, a religião, ocupando-se da socialização dos indivíduos em torno de sua presença forte e agregadora¹⁸. Era o homem que manejava o poder de julgar, prender e regulamentar aspectos da vida social num ambiente de Estado quase ausente.¹⁹ Na sociedade tipicamente patriarcalista, tais personagens ocupavam os vazios deixados pela Coroa. Assim, mesmo com o desenvolvimento posterior do Estado, consolidou-se a figura do pai patriarcal, quase sempre escravocrata e rural, machista e racista, com poderes para reger a sociedade. Sérgio Buarque de Holanda corrobora essa análise quando afirma: “A família patriarcal fornece assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos”²⁰. Assim sendo, para mulher e filhos, o senhor representava a segurança social; concomitantemente, via-se nele a figura de um ser abusivo e autoritário.

Num ambiente intelectual marcado pelos valores patriarcais, a visão das mulheres como agentes históricos tendeu sempre a ser abortada. A lógica patriarcal fundamentava-se em calar a mulher, em ensiná-la a ser mãe e esposa, em educá-la para as tarefas domésticas. Vivendo sob o espaço privado, suas relações pessoais geralmente não ultrapassavam a casa, o quintal, a Igreja, e, em raras exceções, a escola. Assim, durante muitos anos, as mulheres foram relegadas ao segundo plano da escrita dos homens. Conforme Tania Vasconcelos, “reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, elas não teriam uma história”²¹. O interesse por uma história das mulheres deve-se, por isso, muito mais à antropologia histórica e à sua preocupação com a estrutura familiar²².

Foi a partir da década de 80 que a história das mulheres ganhou importância e passou a ser destaque em trabalhos acadêmicos. Nesse período, a Escola dos Annales promoveu o

¹⁸ *Op. cit* FREYRE, Gilberto, 1985.

¹⁹ *Ibidem*

²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. p.84-85.

²¹ VASCONCELOS, Tania M. Pereira. *A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica*. Revista *Ártemis*, n. 03, dez, 2005. (A) p. 02.

²² DUBY, Georges. PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento. São Paulo: Ebradil, 1991, v. 1.

desenvolvimento da história das mulheres ao abrir-se para a história do cotidiano, da vida privada e dos grupos marginalizados²³. O conceito de *gênero* foi amplamente difundido, visando a caracterização dos homens e das mulheres, de suas relações sociais e da inter-relação entre os dois sexos. Os papéis desempenhados por cada um dos sexos na sociedade foram compreendidos como convenção social, histórica e cultural. O termo *gênero* reporta aos dois sexos e às relações que são socialmente construídas entre eles: “Gênero é a construção sociológica, política e cultural do termo sexo”²⁴.

Estudar o papel da mulher a partir de sua história nos remete a um campo específico da memória. Para compreender o presente, é necessário analisar, em épocas diferentes, a rotina de vida, os padrões de comportamento adotados, sua configuração e seu modo de funcionamento, conhecendo as normas e práticas do passado. Nesse empreendimento, como ensina Maísa Remer, é preciso considerar que muitas vezes “(...) práticas e atitudes parecem assumir apenas e tão somente outra roupagem, mostrando, numa análise mais aprofundada, que a maneira de pensar certas questões ainda se encontra presa aos padrões de outras épocas”²⁵.

Os estudos de gênero desenvolvidos nas últimas décadas corroboram a ideia de que as relações entre os sexos são determinadas por elementos culturais e definidas em termos históricos e sociais. Representar a mulher na história implica dizer que ela está associada a determinados perfis, padrões e condições que lhe atribuem lugares e comportamentos. Trata-se de uma história contaminada e fortemente politizada. Defender que o gênero é condicionado culturalmente significa reconhecer a necessidade de aproximar homens e mulheres com o intuito de observar seus modos de relacionamento em diferentes tempos e espaços. Entretanto, conforme Cecília Nascimento, “o estudo sobre as mulheres foca sobremaneira as prescrições, o idealizado, o imaginado para esse grupo, pensado de forma

²³ BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002. p. 76.

²⁴ MÉRGAR, Arion. *A representação social do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)*. 2006. 160 f. Dissertação Mestrado – Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2006, p.79.

²⁵ REMER, Maísa Millénne Zarur. *A participação da mulher na sociedade – de rainha do lar ao magistério*. Revista UNIANDRADE v. 11/n. 01, Janeiro – Junho 2010. p.20.

sistemática desde pelo menos os reformadores do iluminismo”²⁶ – tendência que pode contribuir ainda mais para a produção de estigmas.

A diferenciação entre os gêneros é notada por meio de inúmeros aspectos, inclusive pelo modo de se trajar. A sociedade patriarcal, nesse sentido, era uma sociedade baseada num duplo padrão de moralidade, segundo o qual o homem era dono de seu destino e a mulher, um instrumento de satisfação masculina e social. Cabia ao sexo masculino a iniciativa e o convívio social, e à mulher o cuidado com a casa, a educação dos filhos e a delegação de ordens às escravas, num círculo restrito de relações sociais²⁷. Nessa sociedade fundamentada nos moldes patriarcais, as mulheres eram submissas, seja ao domínio paterno, seja ao do marido. Raramente mantinham relações no espaço público, e, quando o tinham, iam à Igreja e participavam de atividades religiosas. Segundo Gilberto Freyre:

(...) da mulher-esposa, quando vivo ou ativo o marido, não se queria ouvir a voz na sala, entre conversas de homem, a não ser pedindo vestido novo, cantando modinha, rezando pelos homens (...) quase nunca metendo-se em assuntos de homem²⁸.

As inter-relações entre elas, os homens, a sociedade e a família estavam circunscritas a uma esfera de dominação mais ampla.

O pai patriarcal absorvia os próprios indivíduos que dele dependiam através de suas funções de gerenciador, dominador e agregador do espaço. Dentro desse espaço, os indivíduos possuíam papéis bem delimitados, a herança, constituindo uma forma privilegiada de garantir sua autoridade. Neste núcleo familiarizador, segundo Eros de Souza, às mulheres caberia a reclusão obrigatória ao lar, tendo em seu círculo de relações pessoais a criadagem escrava. Eram treinadas para uma vida reclusa, na qual casamento, administração da casa e criação dos filhos eram suas maiores obrigações²⁹. Salvo raras exceções, somente mulheres pobres

²⁶ NASCIMENTO, Cecília Vieira do. “E as mulheres não só pintam e bordam: ofícios exercidos por mulheres no século XIX” Fazendo gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. Faculdade de Educação da UFMG.

²⁷ *Op. cit.* FREYRE, Gilberto. 1985. p. 93.

²⁸ *Ibidem* p.108.

²⁹ SOUZA, Eros de. BALDWIN, John R. *A construção social dos papéis sexuais femininos*. Psicóloga e crítica, v. 13, n.03, 2000.

podiam desfrutar da vida fora do lar, pois tinham de trabalhar; conseqüentemente, adentravam o espaço público reservado aos homens, já que o sustento da família também dependia delas.

Havia, portanto, todo um cerco em torno da vida feminina, uma forte vigilância feita por irmãos, pais e tios para resguardar a virgindade, a fidelidade e a honra da mulher. Se fosse solteira, era vigiada para que mantivesse a honra, a castidade e a pureza de que todos os homens da família dependiam. Se fosse já casada, a vigilância era para assegurar a legitimidade da prole e sua fidelidade, pois disso dependia a honra do marido. Dessa forma, cabia à mulher a guarda da honra dos homens da família à qual pertencia. O controle exercido sobre elas assumia diferentes aspectos, como o controle dentro de casa desde a infância, o controle ideológico mantido pelos ideais de recato, respeito e humildade, a escolha pelos pais de um marido, que, por sua vez, também manteria o mesmo controle sobre ela.

A mulher, sob esse prisma masculino, sempre foi subjugada. Entre olhares ambíguos, os homens importavam às mulheres relações de amor e admiração, de ódio e repulsa, reservando-lhes imagens dualistas: frágeis e santas, zelosas e obedientes, mas também fortes, maculadas e pecadoras. No Ocidente, marcado pelas crenças cristãs, a mulher foi associada ao demônio, essa diabolização remetendo à figura de Eva, o pecado³⁰. Tal visão implica a noção de uma natureza selvagem, má, cuja domesticação se faz necessária a fim de se produzir a imagem da boa e virtuosa mulher. Tais concepções vão de Aristóteles a Rousseau, passando pelas teorias medievais de Santo Agostinho³¹.

O recato e o “enclausuramento” amenizaram-se com o gradual avanço da urbanização, principalmente após a chegada da Família Real. Com o advento do Primeiro Reinado, as Regências e o Segundo Reinado, algumas mudanças na sociedade foram sendo percebidas. A abertura comercial para o mercado mundial trouxe novas perspectivas para o universo feminino. Elas passaram a freqüentar os espaços públicos, como as ruas, os teatros, os bailes e os salões de beleza, surgindo uma rede de estabelecimentos, principalmente lojas, que possuíam como clientela as senhoras da elite imperial. Nesse quadro, o homem cidadão tornou-se figura importante. Rua e casa tornaram-se espaços rivais, o ambiente público

³⁰ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

³¹ SWAIN, Tania Navarro. *Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas*. História: Questões e debates. Curitiba: UFPR, n. 34. 2001.

tendendo a colocar sob seu julgo o ambiente privado. O pai patriarcal, dessa forma, viu seu espaço de atuação invadido e contestado. Os filhos passam a contrapor as suas formações acadêmicas à rudeza dos gestos e da mentalidade rurais. Além disso, o desenvolvimento da industrialização e a expansão de ideais libertários e revolucionários sobrepuseram o papel do patriarca como polarizador do universo familiar³².

O Estado passou a ser representado pelos bacharéis e suas práticas não deixavam espaço de atuação para o patriarca. Estes bacharéis, que estudaram fora do País, em Coimbra ou Paris, com os recursos dos pais fazendeiros e patriarcais, trouxeram na bagagem os ideais românticos da Europa ilustrada, redesenhando a sociedade brasileira. Assim, afirma Freyre:

Era o declínio do patriarcalismo. O desprestígio dos avôs terríveis, suavizados agora nas vovós. O desprestígio dos “senhores pais”, que começavam a ser simplesmente “pais” ou “papais”. Era o menino começando a se libertar da tirania do homem [...]. O filho revoltando-se contra o pai [...]³³.

Segundo o autor, a ascensão ao bacharel e o desenvolvimento das cidades são razões determinantes nessa transmutação. Na sociedade que se formava, surge outro personagem que interferirá na autoridade paterna de modo decisivo, transformando a sociedade brasileira: o doutor. Ele fixará também a distancia entre os saberes da classe escolarizada e os valores e ditames da religiosidade popular. O século XIX traz consigo idéias inovadoras e projetos civilizatórios nos campos da educação. Tais transformações sofridas pela sociedade oitocentista resultaram de um longo processo histórico, que se deu de forma lenta, trazendo consigo mudanças profundas nas relações sociais³⁴.

Nessa nova sociedade, com diferentes elementos formadores do núcleo familiar, um outro personagem começou a adquirir importância no cenário doméstico. Era o brasileiro médio, mais aberto à modernidade e menos preso às tradições rurais, mais ativos economicamente, mais produtivos e mais urbanizados. Esse era o homem ideal para fazer frente às novas aspirações almejadas pela sociedade que, nos finais do século XIX, abraçava a idéia de progresso. Entretanto, mesmo com todas as mudanças na forma de pensar os papéis

³² *Op. cit.* FREYRE, Gilberto, 1985.

³³ *Ibidem*, p.200.

³⁴ NOBERT, Elias. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Junmann. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

masculinos e femininos nas esferas sociais, o pai patriarcal foi capaz de legar à nova conjuntura algo da hierarquia que o fundamentava. Freyre analisa essa questão em *Sobrados e Mucambos*, apontando a tensa relação entre os dois espaços da vida social brasileira do período: a casa e a rua; ou seja, o espaço público e o espaço privado, o familismo e o individualismo³⁵.

Assim, as mulheres do século XIX se distinguiram por se inserirem numa sociedade em constante transformação, marcada pelo progresso científico e tecnológico. Muitas sabiam ler e escrever. Tornaram-se diferentes devido às suas experiências, à sua situação familiar e à condição social. Contudo, ainda nesta sociedade permeava a idéia da superioridade masculina. Portanto, ser mulher no século XIX ainda significava um modo de ser, agir e pensar, de perceber e de estar inserida numa sociedade opressora.

³⁵ *Op. cit.* FREYE, Gilberto, 1985. p.85.

Capítulo II – Conquista do espaço público

A historiografia que estuda a história das mulheres e seu papel no processo histórico enfatiza a questão educacional, focando, como fatores condicionantes para sua participação na vida pública, ora as estratégias de implantação da educação feminina, ora a instrução do magistério³⁶. Os estudos se voltam para a análise da produção e da difusão de representações de um ideal feminino no campo educacional³⁷.

Desde a Antiguidade, as mulheres serviam como objeto de reprodução da espécie: gerar, amamentar, criar, fiar e tecer eram as suas atividades fundamentais, geralmente concebidas como possuindo pouco valor. Por outro lado, as discussões políticas e sociais, as inovações técnicas e científicas ficavam reservadas a um espaço próprio, sendo exercidas somente pelos homens. As mulheres ficavam à margem do conhecimento e dos saberes. Pensar era algo que cabia apenas às mulheres cortesãs, pois serviam à diversão masculina.³⁸ Percebe-se a clara função destinada às mulheres: a procriação de raças e o entretenimento dos homens.

No Brasil, com a economia fundamentada na grande propriedade rural e na mão-de-obra escrava, a educação foi relegada a segundo plano. O patriarcalismo e a estratificação social favoreciam o fortalecimento de relações baseadas na autoridade e no poder dos homens, os donos das terras. A Igreja, com a Companhia de Jesus, apoiava esse quadro de predominância do sexo masculino sobre o feminino na medida em que os padres jesuítas, apegados às formas dogmáticas de pensamento, pregavam a autoridade máxima da Igreja e do Estado e excluía da educação os escravos, as mulheres e a população desprovida de posses.

A vinda da Corte para o Brasil acarretou transformações também no campo da diversidade de grupos étnicos e sociais, que, associada à imigração e à diversificação na economia, proporcionou a valorização do papel da educação, vista agora como instrumento de ascensão social. Nesse momento, a preocupação com a educação feminina alcança os debates dos legisladores imperiais. Estes defenderam o ensino primário como responsabilidade do Estado, sendo extensivo às meninas. É no primeiro quartel do século XIX que as primeiras

³⁶ Para mais detalhes ver D'INCÃO, 2006; LEITE, 1989; LOURO, 2006; PRIORE, 2006.

³⁷ *Op. cit.* Revista UNIANDRADE, p.20.

³⁸ *Ibidem.* .p.24.

instituições destinadas a educar mulheres aparecem, com claras distinções de gênero. À mulher foi destinada a educação moral e social, zelando-se por seu papel como mãe e esposa dedicada. Mas em 1880 o Governo começou a engajar maior número de mulheres no magistério, ou seja, a estimular a formação de professoras para os cursos primários. A denominada educação secundária feminina, contudo, não alterou totalmente o quadro, permanecendo as mulheres excluídas dos mais elevados graus da instrução durante o século XIX. No entanto, houve indivíduos que fizeram oscilar as relações de gênero, como a missionária Martha Watts, proveniente dos Estados Unidos, que chegou ao Brasil em 1881 com o objetivo de abrir escolas para mulheres. As mulheres que não tinham acesso à educação e aos espaços públicos encontraram na figura de Martha Watts uma possibilidade de afirmar-se pessoalmente e apropriar-se de algo que outrora lhe fora negado.³⁹

A presença da mulher nos magistérios, ocorrida em todo mundo no decorrer do século XIX, e no Brasil de forma mais acentuada na virada do século XX, tornou-se um incômodo frente às recorrentes representações femininas. A entrada maciça de jovens mulheres no magistério coincidiu com a ampliação do mercado de trabalho, ocupado quase totalmente por homens. Nos anos finais do Império, as escolas abertas para as mulheres significavam também o prolongamento de seu papel como mãe e das atividades educadoras que exerciam em casa. O magistério tornou-se, assim, o grande meio de afirmação social das mulheres, uma vez que permitia a conciliação das funções domésticas com a profissão. Além disso, era pouca a procura do sexo oposto por essa atividade devido à baixa remuneração. Entretanto, o acesso à educação superior era eminentemente masculino. As mulheres acabaram por ser excluídas dos primeiros cursos oferecidos no Brasil: Medicina, Direito e Engenharia. Seu ingresso só foi permitido com um decreto de lei de 1881 que facultou à mulher a matrícula no ensino superior⁴⁰. A exclusão das mulheres do curso secundário, devido ao alto custo, acabou por inviabilizar sua entrada nos cursos superiores.

Nesse contexto de conflitos, o magistério foi uma das maiores oportunidades com a qual contou o sexo feminino para atingir uma condição profissional, a capacitação, o

³⁹ MESQUITA, Zuleika (org.). *Evangelizar e Civilizar: Cartas de Martha Watts, 1881 – 1908* (versão bilíngüe) Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

⁴⁰ *Op. cit.* Revista Uniandrade. p.27.

conhecimento e os saberes que até então eram permitidos somente aos homens. Como afirma Almeida:

[...] para as mulheres brasileiras que ocuparam o magistério primário, o fato de estarem desempenhando uma profissão, mesmo considerando as relações objetivas da necessidade de um salário para a subsistência, adquiria um sentido de relevância social e de concretização de sonhos e desejos acalentados⁴¹.

Atuar como professora elementar nesse período histórico parece ter sido um dos primeiros cargos públicos a serem ocupados por mulheres, e, durante longos anos, um dos únicos. Quando se associa a figura feminina ao espaço privado e ao trabalho docente, pode-se perceber certa multiplicidade de funções que denuncia a existência de diversas formas de vivência. Porém, nas camadas mais pobres da sociedade, as mulheres conquistaram mais espaço no mercado de trabalho. Algumas atuavam como panificadoras, tecelãs, alfaiates, doceiras, fiandeiras, rendeiras, cozinheiras e lavadeiras; outras como parteiras, através da obtenção de uma carta de exame; outras na mineração, como carregadoras de gamelas. Havia também uma singela participação de mulheres como roceiras em pequenas propriedades arrendadas.

Contudo, a presença feminina sempre foi destacada em pequenos comércios onde se consumiam gêneros a varejo, ou seja, o comércio ambulante. Estabelecida uma divisão do trabalho por critérios sexuais, o comércio de doces, bolos, frutos, melão e afins era ocupação feminina. Esses estabelecimentos comerciais eram dotados de grande mobilidade, pois traziam às populações trabalhadoras das vilas e áreas de mineração produtos de consumo imediato. As mulheres do comércio eram chamadas de negras de tabuleiro, mulatas, pretas, forras, escravas que circulavam pelo interior das povoações e arraiais. Tais mulheres agregavam em torno de si o desvio de ouro, o contrabando, a prostituição e a articulação com os quilombos, na medida em que esse tipo de comércio, no seu interior, escondia atividades ilícitas, além de nele serem frequentes os encontros sexuais arranjados a fim de ampliar os negócios mercantis. Inúmeras restrições a esse tipo de estabelecimento foram impostas pautando-se em justificativas morais e econômicas, principalmente a perda ou o ferimento de escravos. Entretanto, esse comércio garantia o abastecimento das populações mineiras, além de gerar recursos para as despesas administrativas na região com a cobrança de tributos.

⁴¹ *Ibidem*, p.31. Para mais detalhes ver ALMEIDA, 1998. p.195.

As medidas para o controle dos comércios variaram: balcões foram gradativamente colocados na parte exterior do estabelecimento; horários para funcionamento foram fixados; a instalação nas proximidades de vilas, lavras, morros ou aluviões foi proibida⁴². Essa ocupação foi a mais importante para as mulheres pobres da sociedade mineira, mulheres forras que escaparam da escravidão e puderam manter a sobrevivência de suas famílias. As negras de tabuleiro consistiam numa preocupação que incomodava as autoridades, pois proporcionavam consumo aos escravos, contribuindo para o desvio do ouro extraído. Já a prostituição pareceu ser uma atividade complementar ao comércio ambulante, designado às escravas que possuíam duplo papel: exploração sexual e econômica.

Entretanto, a participação das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para que reivindicassem nova condição social⁴³. Cecília Vieira do Nascimento realizou pesquisas minuciosas a respeito de cargos e ofícios ocupados por mulheres tomando como fonte um jornal circulante na cidade de Ouro Preto, nas décadas de 60 e 70 do século XIX: o *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais*. Esse periódico refere-se a cargos públicos e ofícios em geral relativos a várias localidades, discriminando o nome de quem o ocupava. Cecília Nascimento percebeu, ao longo da pesquisa, a grande quantidade de mulheres ocupando ofícios diversos. Segundo a autora, os ofícios exercidos por mulheres abrangiam

[...] negociante de gênero do país, negócio de fazenda seca, negócio de fazenda molhada, agricultora, fazendeira (fazendas que cultivam cana, café, algodão, mandioca, gêneros alimentícios variados; inclusive com grande escala, entre mais notáveis e produtivas), criadora, mineira (algumas nas estatísticas de quem empregava mais de 20 escravos), florista, dona de confeitaria, padeira, dona de hospedaria, ourives, dona de armazém, professora particular, proprietária de colégio para meninas, diretora de colégio particular, aposentada (professoras), caieira, negócios de ferragem, estalagem, criadora de gado, parteira, rancheira (para tropa), farmacêutica (deu prosseguimento ao trabalho do marido falecido), proprietária de fábrica de cigarros, ferraria (deu prosseguimento ao trabalho do marido falecido), engenhos (movidos por animais, por água, de cilindro, de serra), fábrica de ferros, carreira,

⁴² FIGUEIRERO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary del. (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 148.

⁴³ Os cadernos Pagu do ano de 1994 publicaram artigos de pesquisadores como Joan Scott discutindo o assunto sob diferentes perspectivas. Para mais detalhes ver *Cf. Cadernos Pagu (3)*. Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP. Campinas/SP, 1994. p.11-84.

fabricantes de cal, capitalista, botica (viúva de boticário assume ofício), lavradora, proprietária de fábrica de vinho, parteira, modista, fábrica de algodão, exportadora de fumo, mineradora, proprietária de carro de quatro rodas, professoras de dança, escritora⁴⁴.

Muitos desses ofícios, como botique, farmacêutica e ourives, necessitavam de especialização, além de demandarem certa riqueza. Outros como os de vendeira, lavadeira, tecelã, panificadora, alfaiate, fiandeira, rendeira, cozinheira, criada e parteira, eram dominados por mulheres pobres de Minas Gerais. O comércio, como se viu, era realizado pelas negras de tabuleiro que garantiam o abastecimento da população. Outras mulheres, contudo, devido à grande miséria e à exclusão do mercado de trabalho, por vezes eram empurradas para a prostituição⁴⁵. Fato é que muitas delas destacavam-se em suas funções, exercendo a ocupação dos maridos e posições de comando, sendo, portanto, chefes de domicílio. Vanda Praxedes confirma essa idéia baseando-se em testamentos e inventários mineiros do período 1770-1880.⁴⁶ Ela constata a ocorrência de número significativo de mulheres que chefiavam domicílios, fossem elas viúvas, solteiras ou divorciadas, com ou sem filhos. A autora afirma que as mulheres chefes de domicílio

[...] distinguíam-se por suas experiências, pela situação familiar, pela condição social, pela cor, por suas trajetórias e por suas ocupações. [...] rompendo com a idéia de que o papel da mulher era aquele restrito à esfera privada, ao recesso do lar, o cuidado com a casa e filhos⁴⁷.

Nota-se, por esse exemplo, que muitas mulheres foram conquistando e assumindo papéis a partir de novas situações que lhe foram impostas e que nada tinham a ver com as normas pré-estabelecidas. Mas, mesmo assim, como lembra Mary del Priore, a relação de poder inerente ao escravismo foi reproduzida nas relações íntimas entre homem e mulher, “[...] condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir o chefe da família com seu sexo [...]”⁴⁸. Essas relações

⁴⁴ *Op. cit.* NASCIMENTO, Cecília Vieira do. p. 4-5.

⁴⁵ *Op.cit.* FIGUEIREDO, Luciano. p.141-188.

⁴⁶ (PRAXEDES, Vanda Lucia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefe de domicilio em Minas gerais (1770/1880)*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado, FaFiCH/UFMG, 2008).

⁴⁷ *Op. cit.* NASCIMENTO, Cecília Vieira. p.5. Para mais detalhes ver PRAXEDES, 2008, p.18.

⁴⁸ PRIORE, Mary del. *Ao Sul do Corpo. Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 1990. p. 29.

de poder acabaram por envolver também as relações entre homens e mulheres não casados legalmente, tornando-se fundamental para a conformação dos papéis femininos e masculinos durante o século XIX. Entretanto, houve um grupo de mulheres que se distinguiram do comum de sua época, da condição feminina vigente. Parece ter havido, em diferentes contextos e tempos, uma multiplicidade de formas de inscrever a mulher na história.

Capítulo III – Amor e casamento em terras mineiras

O Rio de Janeiro do final da passagem para o século XX, com suas cocotes e prostitutas, principalmente francesas e polacas, respirou os ares da *Belle Époque*. Além disso, já havia algum tempo, o romantismo entrara em cena. Esse período marcou a transição das relações sociais baseadas no poder senhorial para aquelas de tipo burguês. A sociedade passou a confrontar comportamentos, atitudes e expressões tradicionais e inadequados à nova situação vigente. A modernização das cidades trouxe mudanças na economia, afetou a vida familiar, dissolveu os laços de solidariedade entre a vizinhança, a família e grupos diversos, além de provocar transformações na forma de apreender o amor. A idéia de intimidade ampliou-se cada vez mais, mas a família, em especial a mulher, passou a submeter-se à avaliação e à opinião do “outro”. As mulheres começaram a freqüentar os cafés, bailes e teatros, tornando-se mais livres na condição social e, por que não, afetiva. Submetidas aos olhares atentos da sociedade, vigiadas por maridos e pais, as senhoras de elite tiveram de aprender a comportar-se em lugares públicos, a conviver de maneira educada, com regras de bem receber e apresentar-se diante das visitas⁴⁹.

As alcovas, lugar de segredo e individualidade, proporcionavam às mulheres uma privacidade para a expressão dos sentimentos: dor, alegria, saudades, declarações de amor. Devido à repressão dos afetos, o amor consumir-se-á na idealização da alma e na supressão do corpo. O ócio, porém, fazia parte do cotidiano feminino, o que incentivou a leitura de novelas românticas e sentimentais que idealizavam a mulher heroína, suas relações amorosas e as perspectivas sobre o casamento. Entretanto, tais representações literárias estavam muito distantes da realidade vivida por boa parte das mulheres. Opostas às heroínas dos romances oitocentistas, as mulheres vivam displicentemente vestidas, ocupadas com afazeres domésticos, cercadas de filhos. A composição das casas servia para o próprio isolamento familiar a fim de que a honra, em especial a da mulher, fosse mantida. Para isso, varandas nos fundos das residências serviam para abrigar a família, isolando-a dos rumores da rua e separando moças e rapazes. A janela era a mediadora de olhares, recados, rápidas declarações de amor ao som das serenatas, tornando-se o meio de comunicação entre a casa e a rua.

⁴⁹ PRIORE, Mary del. *História do Amor no Brasil* (org.). 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.228.

Segundo Maria Ângela D’Incao, o amor no Oitocentos esteve perpassado por dualidades. Por um lado, o amor real fica atrás das portas; do outro, o amor literário apresenta-se como estado de alma⁵⁰. Quando se fala em literatura do século XIX, o que pode ser observado são propostas de sentimentos novos, percebidas principalmente na idéia de que escolher o cônjuge é condição de felicidade. Mas isso ficou apenas por conta da ficção, pois, na realidade, a maioria das mulheres encontrava-se sob os desígnios paternos. O próprio enredo das estórias girava em torno de um casamento típico da sociedade oitocentista: o casamento por interesse. A filha é prometida a um homem mais velho e rico, mas apaixona-se por um jovem pobre. Com essas leituras circulavam também idéias sobre as relações entre os sexos. Ao homem cabia mandar, conquistar, realizar; a mulher, por sua vez, nascera para agradar, ser mãe, ter pudor. Segundo Mary del Priore:

[...] o discurso amoroso que circulava entre uma pequena elite, inspirado no romantismo francês, era recheado de metáforas religiosas: a amada era um ser celestial. A jovem casadoira, um anjo de pureza e virgindade. O amor uma experiência mística⁵¹.

Contudo, o século XIX também alterou o sentimento amoroso no sentido de acrescentar-lhe características mais humanas; a literatura trouxe ares de modernidade para o amor. Na esfera dos valores burgueses, esse sentimento passou a ser sinônimo de felicidade. Infelizmente, a escolha e as opiniões dos amantes de nada valiam. Ainda estavam presos aos interesses de classe, com dotes ao estilo do poder patriarcal. O amor era valorizado pelos românticos, mas tal sentimento jamais deveria prevalecer acima da sociedade e de suas instituições. Os valores burgueses, porém, insistiam em vê-lo sublinhado, mesmo que a força do dinheiro prevalecesse. As mulheres que viveram a sociedade mineira oitocentista buscando seguir certos princípios modernos viam-se vendidas no negócio casamento, do qual o amor era excluído.

Assim, o amor do século XIX foi circunscrito pelos valores morais do sistema patriarcal e, posteriormente, pelos valores da ciência. Ambos impunham-lhe contenções, fosse na preservação dos bons costumes, fosse na defesa do higienismo. Os casamentos baseavam-se em arranjos terrenos, em arranjos políticos e sociais efetuados por pais preocupados com a

⁵⁰ PRIORE, Mary del. O corpo feminino e o amor: um olhar. In: D’INCAO, M.A. (Org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

⁵¹ *Op. cit.* PRIORE, Mary del. 2006, p. 124.

preservação do patrimônio familiar. Esse tipo de enlace matrimonial que não envolvia gostos pessoais se consolidava entre as elites. As esposas eram escolhidas na mesma freguesia, na mesma vizinhança. Ritos sociais faziam acontecer o tão esperado encontro entre os jovens casais. O casamento entre famílias ricas e burguesas freqüentemente significava a ascensão social ou uma forma de manter o status. Cabia às mulheres casadas contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura como anfitriãs em festas, salões e teatros; e na vida familiar, como boas mães e esposas dedicadas aos maridos. Cabe ressaltar que das mulheres dependia o sucesso da família. Embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas – o pai ou o marido –, os homens dependiam da imagem de suas mulheres para manterem sua posição social. A importância do amor familiar e do cuidado com filhos e maridos redefine o papel feminino, uma vez que a mulher de elite, considerada base moral da sociedade vigente, deveria adotar regras castas de encontros sexuais, praticar uma decência saudável e cuidar da prole⁵².

A fim de garantir a honra familiar, meninas ou mulheres candidatas ao casamento eram extremamente cuidadas, trancadas em casa a fim de que a castidade fosse vigiada, pois a virgindade feminina era um requisito fundamental do sistema de herança e linhagem⁵³. Periódicos que circularam na sociedade oitocentista mineira enfatizavam o papel das mulheres frente ao sacramento do matrimônio. O jornal *O mentor das Brasileiras*, por exemplo, publicado na Vila de São João Del Rey entre os anos de 1829 e 1832, divulgava, como faceta de um poder disciplinar, um código de conduta moral e cívica para as representantes do sexo frágil. O jornal era destinado às estudiosas brasileiras, ou seja, às mulheres letradas, possivelmente integradas à boa sociedade, promovendo um contato entre o público feminino, seletivo e assíduo, com a política dos costumes e da vida familiar⁵⁴. Buscava também implantar as luzes no *bello sexo* através do relato de ações virtuosas praticadas por heroínas. O periódico defendia a liberdade atrelada ao sistema monárquico e constitucional, base dos ideais liberais moderados. Assim, era necessário submeter suas leitoras a uma interpretação intermediada por reflexões conduzidas, uma vez que as mulheres não possuíam uma

⁵² *Ibidem*, p.230.

⁵³ *Ibidem*, p.235.

⁵⁴ MOREIRA, Luciano da Silva. “A necessidade de amar”: narrativa de ficção e cultura política n`*O mentor das Brasileiras (1829-1832)*.

capacidade perfeita para compreender matérias difíceis. Desse modo, as mulheres não seriam capazes de interpretar individualmente um discurso, devendo ser guiadas através dessas reflexões.

Tomando como base a imagem da mulher recolhida, tímida e recatada, o jornal ensinava que “o recolhimento, a ocupação, o manejo dos negócios domésticos deve ser habitual emprego de huma Senhora virtuosa”⁵⁵. Percebe-se que mesmo buscando instruir a mulher nos aspectos da vida econômica, política e social, o periódico a mantinha confinada ao lar, sob a tutela do pai patriarcal. Suas funções se resumiam a ser uma esposa virtuosa para o marido e a mãe de um bom cidadão, inspirando o amor pela pátria e pelos filhos. Assim, *O Mentor das Brasileiras* tomava cuidado na escolha das suas narrativas, apresentando contos moralmente uteis, os quais contribuía para o resguardo dos prazeres mundanos. O periódico alertava também para a união de casais que tivessem gênio, condição, fortuna e sentimentos desiguais. Aconselhava o casamento entre iguais porque seu sucesso repousaria na identidade social, racial e intelectual compartilhada por ambos os cônjuges⁵⁶. É importante salientar que as tradições coloniais dos ritos de casamento ainda permaneceram no seio da sociedade mineira oitocentista, assim como a aliança entre famílias, a distribuição de poderes, a conservação de linhagens e a continuidade do controle das fortunas pelas famílias da elite local⁵⁷. Através dos enlaces matrimoniais desenvolveram-se as fortunas mercantis. *O Mentor das Brasileiras* estimulava essa prática, contribuindo para a estabilidade da elite da Vila de São João.

A sociedade fundamentada nas bases patriarcais separava homens e mulheres, ricos e pobres. Tão logo a menina encorpava-se, os pais começavam a preocupar-se com o casamento. Segundo Mary Del Priore, casar com moço de boa família e recursos era sempre o objetivo visado. Os espaços eram organizados a fim de se provocarem os encontros amorosos. Para a autora:

Piqueniques organizados sob árvores frondosas serviam para atrair pretendentes entre fazendeiros [...] as moças trajavam-se com vestidos especiais de saias rodadas de cassa, organza e seda estampada e

⁵⁵ *Ibidem*, p.04

⁵⁶ *Ibidem*, p.06

⁵⁷ *Op. cit.* VAINFAS, 1989, p.11.

grandes chapéus de palha, às vezes importados de Florença, enquanto longos cabelos até a cintura eram atados com laços de veludo e gorgorão também importados. [...] E então, o encontro diário, por dias a fio, bailes nos fins de semana, os passeios a cavalo em belas montadas, banhos de rios e açudes propiciavam os primeiros passos do namoro⁵⁸.

É fato que o casal se encontrava pouco. Era necessário evitar contatos sexuais antes das núpcias em uma época em que a virgindade era vista como sendo o fundamento do sacramento matrimonial. Em sociedades nas quais o matrimônio reportava-se às regras do mercado, às mulheres não cabia outra condição a não ser aceitar com resignação o par imposto pela família. Os fatores econômicos e políticos envolvidos no mercado matrimonial deixavam pouco espaço para que a afinidade sexual ou o afeto do casal tivessem peso em suas decisões. Cabia à mulher casada a honestidade expressa em seu recato, bem como o exercício de suas funções no lar e a geração de numerosos filhos.

Apesar da certa liberdade experimentada pelos jovens no século XIX e da multiplicação dos espaços de encontro, os motivos do casamento continuavam os mesmos, ou seja, passavam longe do coração. As classes médias e altas possuíam rígidos códigos que barravam a espontaneidade dos gestos. Nessas circunstâncias, as relações matrimoniais não se fundavam em qualidades subjetivas, mas, sim, em qualidades subjetivadas na propriedade⁵⁹. Um casamento arranjado era tudo menos paixão e sentimento, e a felicidade estava muito longe de ser vivenciada. A escolha dos pais em relação ao matrimônio dos filhos, em especial das filhas, era ditada, por assim dizer, não somente pelas relações de poder monetário, mas também pelo temor de que o futuro genro ou nora viesse a desestruturar a família ou sua honra⁶⁰. Por isso, não havia aproximação efetiva entre homens e mulheres, nem sinal de intimidade. O discurso moralista exigia a separação dos corpos, e a felicidade não dependia do relacionamento entre marido e mulher, mas, sim, da satisfação das necessidades práticas das quais o casal, em especial a mulher, era simples instrumento. Esse aspecto pode ser observado, por exemplo, no casamento entre moças e senhores de muita idade. Um comentário feito por viajantes registra uma brasileira de doze anos de idade que, tendo se

⁵⁸ *Op. cit.* PRIORE, 2006, p.147.

⁵⁹ *Ibidem*, p.162.

⁶⁰ *Ibidem*, p.163.

casado aos dez, tinha dois filhos de um rico comerciante de sessenta e cinco⁶¹. O casamento entre mocinhas e senhores, mais comum do que se pensa, fundamentava-se em fatores sociais e econômicos que impeliam a mulher a procriar, já que este era o objetivo primordial do casamento. A pouca educação e os limites do mercado de trabalho para a mão-de-obra feminina reforçavam esse quadro.

A noite de núpcias tornava-se momento de provação, na medida em que iniciava-se a menina nas funções próprias ao corpo e à mente de uma mulher. Os corpos, segundo Mary del Priore, estavam sempre cobertos, e há registros orais de camisolas e calçolas com furos na altura da vagina. Tudo era proibido. Somente no século XX a nudez passou a ser praticada. Até mesmo na cama, as mulheres não tinham espaço, ficando sob o jugo dos prazeres masculinos dado que o amor era às escuras, sem que o homem se importasse com o prazer da mulher⁶². A idéia de pureza feminina reforçava a distância entre os casais. O homem, marcado pelos discursos religiosos e moralistas da época - que insistiam em afirmar que os prazeres carnavais eram pecaminosos -, jamais procuraria ter prazer com a mãe dos seus filhos. Mas, ambos sofriam ansiosos por não saberem o que encontrar. A valorização da virgindade feminina e a iniciação sexual da esposa pelo marido faziam parte de um horizonte desconhecido e do qual a sociedade esperava um resultado: a gravidez. A Igreja acentuava a divisão de papéis e sua hierarquização. Segundo seus preceitos, ao marido cabiam as funções sexuais e à mulher, o papel de reprodutora⁶³. Tratava-se, portanto, de um sistema de valores e ritos que codificava a vida feminina e dissimulava o corpo da mulher. Prazeres e convenções não podiam coexistir nesse universo de repressão, no qual, entretanto, misturavam-se casamentos, concubinatos, adultérios e prostituição. A sociedade do período estava marcada pela desigualdade, pela escravidão, pelas relações de poder que abrangiam o sistema escravista. Nesse contexto, as relações sentimentais e amorosas não tinham lugar.

⁶¹ *Ibidem*, p. 175.

⁶² *Ibidem*, p.184

⁶³ *Ibidem*, p.186.

Considerações finais

A descoberta do ouro nas Minas Gerais fez com que um grande contingente migratório afluísse para as vilas e os arraiais mineiros. Índios, negros, mulatos, pardos, brancos, europeus e aventureiros de todo o tipo diversificaram a Capitania de Minas Gerais, compondo um mosaico sociocultural e étnico nessa parte do Império português. Essa diversidade acarretou o cruzamento de diferentes costumes sociais, morais e familiares, fazendo-se valer, em especial, os modos religiosos e sexuais pregados pela Igreja Católica, uma vez que esta instituição procurava homogeneizar as práticas. Seja como for, constituía-se ali uma sociedade plural, heterogênea, diversificada social e culturalmente, promovendo a constituição de distintos arranjos sociais e familiares.

Para analisar melhor o papel das mulheres, foi preciso expandir os estudos para além dos lares, para lugares onde elas circulavam e iam ao encontro dos valores burgueses e dos modos afrancesados. Havia a necessidade de reconstrução dos hábitos, das condutas e dos valores morais. A rua seria o espaço inovador para a formulação de idéias, para vadiagem, para a formação de novos grupos sociais. É nesse contexto que a mulher do Oitocentos foi submetida à avaliação dos homens e de outras mulheres, nas festas, nos bailes, nos cafés. As mulheres desse período que viviam nas vilas mais expressivas economicamente descendiam das mais diferentes classes sociais, tendo a Igreja como base moral e ideológica e defensora de valores de submissão.

Em um século repleto de novas idéias, era necessário manter o *bom comportamento* patriarcal que desde muito tempo regia os moldes da sociedade. A minoria privilegiada e nobre, que compunha a classe dominante no Brasil Império, servia de modelo das boas condutas morais e cívicas. Essa sociedade patriarcal impôs regras para conter e impedir excessos, bem como para manter as ações cotidianas dentro de certos limites, tentando, assim, conservar as estruturas monarquistas. O comportamento calcado nas regras patriarcais foi direcionado às mulheres, visto que se valorizava sua cortesia, sua subserviência e seu fingimento nos ambientes sociais - tudo isso associado a uma educação diferenciada para meninas e meninos. Uma vez que o espaço urbano passou a oferecer mais possibilidades de encontros, fez-se necessário reafirmar valores morais e dogmas segundo os quais cabia à mulher o modelo perfeito de esposa e mãe - sempre composta, reservada e submissa.

A sobrevivência das mulheres em Minas Gerais transcorreu nesse quadro de tensões políticas e pressão da cultura dominante. A monarquia brasileira teve de administrar as

transformações advindas da urbanização e da ascensão burguesa. As cidades cresceram e a proximidade entre as pessoas promoveu a disseminação rápida de novas idéias e comportamentos. Emergiam novos padrões de comportamento aburguesados, novas relações comerciais e novas regras sociais. Entretanto, nas vilas e cidades dedicadas ao comércio, como as de Minas Gerais após o declínio aurífero, ampliou-se a população de livres e libertos que estavam ou não inseridos no mercado de trabalho. Nesse quadro, as mulheres do século XIX assumiram diferentes papéis: serviram de elemento agregador e de sustentação dos novos valores e costumes, gerenciaram seus próprios bens, ou complementaram seus negócios através da prostituição.

O objetivo dessa monografia foi o de mostrar como as mulheres do século XIX lidaram com a sociedade e o seu sistema de valores hierarquizados a fim de ganharem espaço e serem vistas não somente como instrumento, mas como pessoas que, possuindo vontades e desejos, eram capazes de traçar seu próprio destino. Infelizmente, esse intento nem sempre foi por elas alcançado.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 2.
- _____. *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, v. 3.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1850*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
- ANDRADE, Francisco Eduardo. “Espaço econômico agrário e exteriorização colonial. Mariana das Minas nos séculos XVIII e XIX”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: EDUFOP, 1998.
- ANDRADE, Leandro Braga. Negócios capitais: uma análise dos agentes da praça comercial de Ouro Preto nas primeiras décadas da Independência. *III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós Graduação em História Econômica*. Brasília, 2010.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade - São João Del Rei, séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Niterói/RJ: UFF, 2002.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Melhoramento do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Tese de doutoramento. Niterói/RJ: UFF, 2001.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento. São Paulo: Ebradil, 1991, v. 1
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Território e Geopolítica nas Minas Gerais do século XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan/jun 2009, p. 71-88.
- FIGUEIREDO, Luciano, *Barrocas Famílias: Vida Familiar em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. “Mulheres nas Minas Gerais”. In: PRIORE, Mary del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- FRAGOSO, João L. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional, 1987.

FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio das Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. São Paulo; Círculo do Livro, s/d.

_____. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

LIBBY, Douglas C. *Transformações e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no sec XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no sec XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. . (Texto para Discussão, 10).

MÉRGAR, Arion. *A representação social do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)*. Dissertação Mestrado. Vitória: UFES, 2006.

MESQUITA, Zuleika (org.). *Evangelizar e Civilizar: Cartas de Martha Watts, 1881-1908 (versão bilíngüe)*. Piracicaba/SP: Editora Unimep, 2001.

MOREIRA, Luciano da Silva. “A necessidade de amar”: narrativa de ficção e cultura política n’*O mentor das Brasileiras (1829-1832)*. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. “E as mulheres não só pintam e bordam: ofícios exercidos por mulheres no século XIX”. *Fazendo gênero. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 9, agosto de 2010.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

PRAXEDES, Vanda Lucia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefe de domicílio em Minas gerais (1770/1880)*. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG, 2008.

PRIORE, Mary del. *Ao Sul do Corpo. Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1990.

_____. “O corpo feminino e o amor: um olhar”. In: D`INCAO, M. A. (org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

PRIORE, Mary del (org.). *História do Amor no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *História das mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: EDUSP, 1968.

REMER, Máisa Millénne Zarur. A participação da mulher na sociedade. De rainha do lar ao magistério. *Revista Uniandrade*. Curitiba, v. 11, n. 1, jan/jun 2010.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo da diversidade cultural. *Revista de História*. São Paulo, v. 55, n. 109, jan/mar. 1977.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez. 1990, p.5-22.

SLENES Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX*. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 18, set./dez. 1998.

SOUZA, Eros de & BALDWIN, John R. A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia: Reflexão e crítica*. Porto Alegre, v. 13, n.03, 2000, p. 485-95.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. *História: Questões e debates*. Curitiba: UFPR, n. 34. 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VASCONCELOS, Tania M. Pereira. A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica. *Revista Ártemis*, n. 3, dez. 2005.